

## **Me avisa quando você chegar? Insegurança, Violência e Mobilizações em um campus universitário.<sup>1</sup>**

**Iris de Macedo Rosa (UFRRJ)**

**Nalayne Mendonça Pinto (UFRRJ)**

**Palavras chaves:** Mobilização; Violência; Gênero.

Este artigo é fruto de pesquisa que está sendo desenvolvida no âmbito do PPGCS UFRRJ e pretende investigar a violência contra a mulher no campus de Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Inicialmente a pesquisa estava voltada a compreender situações de conflitos e/ou violências ocorridos na última década na UFRRJ; como esses fenômenos incidem nas interações sociais entre os membros da comunidade acadêmica e ainda a atuação dos atores que estão envolvidos nos seus processos de administração. Entretanto chamou-nos maior atenção as ocorrências que se relacionam às denúncias de violências contra mulheres no campus da Universidade. Nesse sentido, para esta apresentação, detalharemos mais especificamente os dados, relatos e situações que foram identificadas entre os anos 2013 a 2016 referentes a violência e mobilizações de mulheres a UFRRJ.

Esta pesquisa entende a complexidade da violência enquanto objeto sociológico por ser este um fenômeno empírico que é sentido, representado e percebido a partir da interação social. Sendo assim, a violência enquanto objeto de estudo possui caráter subjetivo que age como vetor aditivo e impacta a vida em sociedade, isto por que as representações sociais acerca da violência geram condutas. Segundo Misse (2016) não devemos “tomar como dada” a definição de violência, pois a percebemos muito mais como constatação e acontecimento. Assim, torna-se uma categoria polissêmica, que pode ser compreendida como diferentes formas, incluindo o problema da equivalência. Por exemplo: Todas as formas de violência são equivalentes ou não? Estruturas macros de violência equivalem à violência individual e interpessoal? Há violência justa e violência injusta?

Entretanto, quando indivíduos cotidianamente usam a palavra “violência” o sentido comum refere-se a agressão física, sendo o primeiro que vem à cabeça, especialmente o

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

de uma ação unilateral que envolve a possibilidade ou a ameaça de resultar em ferimentos ou em morte. “Não parece haver dúvidas quanto à ligação semântica entre violência e agressão (física ou moral), esse é o sentido que parece ser amplamente consensual e evidente” (MISSE, 2016, p. 47) Nesse sentido, a partir das entrevistas analisadas e documentos levantados o uso da palavra violência esteve atrelada à diferentes formas de agressão física e moral; como veremos mais adiante.

Quando transportada para o universo feminino, a subjetividade da violência ganha um caráter ainda mais particular. Isto por que a violência contra a mulher é vivida, na maioria das vezes, individualmente. Estima-se que mais da metade das mulheres violentadas vivam essa experiência caladas e não peçam ajuda. Os motivos são muitos, os estudos acadêmicos lembram que a violência contra a mulher está atrelada à subjugação feminina, ao patriarcado o poder que os homens são ensinados a impor sob as mulheres desde a infância. Já os estudos empíricos alertam para o medo de ser violentada novamente e a vergonha de expor frente a família e a sociedade e ainda ser culpabilizada pelo fato ocorrido.

Ademais, a violência contra a mulher torna-se conflito pela oposição entre o público e o privado, entre o indivíduo e a coletividade. Nas últimas duas décadas, a sociedade brasileira caminha para o entendimento de que a mulher não é violentada apenas enquanto sujeito individual, mas também na coletividade. A oposição entre o âmbito local e o âmbito geral e a aplicação particular ou universal das regras que regem os espaços públicos estão em pauta na vida das mulheres e posto para toda a sociedade.

A opressão em detrimento do gênero possui muitas faces e se faz presente em todos os âmbitos da sociedade, sendo a violência – seja moral, física, psicológica, sexual ou patrimonial – como sua expressão mais danosa às mulheres. A violência de gênero é um tema urgente e caro para a sociedade, ela não é apenas um problema relacionado a relações interpessoais, constitui-se numa violação de direitos humanos. Seus efeitos marcam trajetórias individuais, mas também modificam o ordenamento da sociedade.

Para esta ocasião, será apresentada a mobilização e reação das alunas da UFRRJ que combatem a violência contra a mulher no campus da Universidade. Nos últimos anos as denúncias de assédio moral e sexual, estupro e tentativa de estupro no interior e nos arredores do campus vieram à tona. As denúncias inicialmente estavam no mundo virtual em grupos e páginas do *Facebook*, passaram para as páginas de jornal e aos poucos caminham para os registros policiais. A atmosfera em transformação em torno

de práticas antes silenciadas, fez com que os setores da comunidade acadêmica e a administração superior se posicionassem em torno do tema. Este artigo investiga ainda quais fatores não só possibilitaram como fomentaram as denúncias virem à tona e a mobilização do público feminino dentro da Universidade. Para esta investigação vale a pena revisitar a literatura a cerca de gênero.

### **O debate de gênero**

Donna Haraway (2004), Gayle Rubin (1993) e Judith Butler (2014) apresentaram em seus estudos a complexidade dos estudos de gênero no século XX. A história das teorias feministas se cruza com a história da militância, compreender esse movimento e como os dois amadureceram ajuda a elucidar este campo de força que é o gênero/sexo. A teoria feminista buscou compreender a mulher enquanto indivíduo e o gênero como fator que representa o indivíduo nas relações sociais. A mulher enquanto categoria política surge quanto o feminismo busca por soluções comuns enquanto sujeito coletivo partindo do entendimento de que os problemas de mulher não são meramente de ordem pessoal.

Donna apresenta essa face política e retoma a importância de localiza-las para compreender os dilemas da luta feminista bem como a dificuldade de formular teorias universalistas. Aliás, a crítica ao marxismo caminha no sentido de mostrar que há milhares de mulheres que não estão nos moldes clássicos da divisão familiar do trabalho, tão pouco da heteronormatividade e ainda assim são oprimidas pelo machismo. Deste modo a tarefa das feministas contemporâneas é encontrar um lugar para esse sujeito social diferente que não se fixa em identidades pré-moldadas.

Portanto, segundo a autora, as análises gênero devem caminhar no sentido de construir teorias que estejam localizadas sócio historicamente e que levem em conta a raça e classe, marcadores fundamentais para compreender as demandas e atuação do feminismo para os diferentes grupos de mulheres e supere os binômios que engessam não apenas as teorias como a vida em sociedade - política.

Enquanto a academia avançou nas teorias, mulheres organizadas e agências intergovernamentais buscavam meios para que a equidade de gênero se fizesse presente em políticas públicas e programas de desenvolvimento social. As bandeiras do movimento feminista avançaram fortemente no Ocidente através do século XX, tais conquistas tiveram início com as lutas pelos direitos civis, políticos e sociais.

No Brasil a história do movimento feminista iniciou sua caminhada com as reivindicações por direitos democráticos como o direito ao voto, divórcio, educação e trabalho no fim do século XIX, este momento teve como marco o direito ao voto em 1932. Já o fim da década de 1960, foi marcado pela liberação sexual, impulsionada pelo aumento do acesso aos contraceptivos. A luta sindical começou a ser construída no fim dos anos 70. (PORTELLA, 2009)

No fim da década de 1970 e início da década de 1980 foi posta em pauta a luta contra a violência às mulheres. No país onde a violência letal dos homicídios em defesa da honra masculina ainda era cotidiana, em 1985 é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), subordinada ao Ministério da Justiça, com objetivo de eliminar a discriminação e aumentar a participação feminina nas atividades políticas, econômicas e culturais. Apenas em 2006 a violência doméstica foi tipificada, a Lei Maria da Penha (11.340/2006 Brasil, 2006) foi uma das grandes vitórias do movimento feminista.

A Lei 11.340/2006 foi um marco na instituição de políticas públicas para o enfrentamento da violência contra as mulheres. A Lei do Feminicídio (nº 13.140), sancionada em 2015 é mais uma conquista que colocou a morte de mulheres no rol de crimes hediondos e diminuiu a tolerância nesses casos<sup>2</sup>. Passo agora a reflexão para o ambiente Universitário, foco da minha análise.

### **O caso UFRRJ**

A Universidade é um ambiente majoritariamente frequentado pelo público jovem<sup>3</sup>. As festas, reuniões e comemorações comuns ao espaço Universitário por vezes naturalizam práticas de opressão feminina. Entretanto, sabe-se que o machismo e a violência de gênero não estão limitados as festas, tão pouco ao aspecto geracional. A opressão se faz presente nas relações sociais cotidianas. Espera-se que a Universidade seja um lócus do conhecimento e aprendizado, mas isso não a torna isenta das práticas que atingem a sociedade brasileira.<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> BRASIL. Conheça as principais lutas e conquistas das mulheres. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/03/conheca-as-principais-lutas-e-conquistas-das-mulheres>> Acesso em dezembro de 2017.

<sup>3</sup> Segundo o IBEG e o Estatuto da Juventude a população jovem no Brasil corresponde à faixa etária entre 15 e 29 anos.

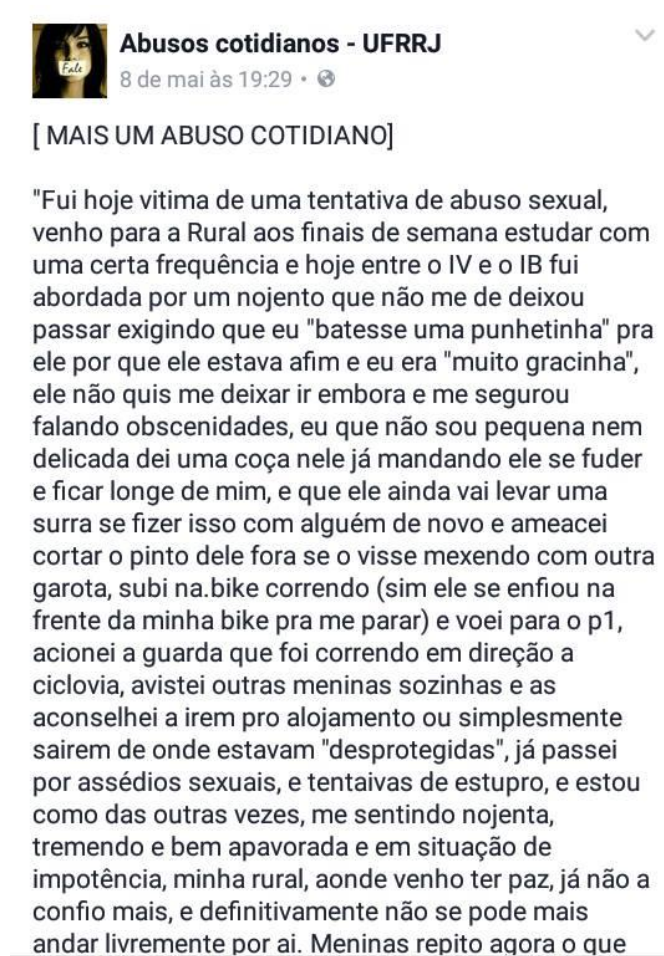
<sup>4</sup> Não apenas a UFRRJ, mas em outras Universidades ao longo dos últimos 5 anos vêm crescendo o número de denúncias de violência contra a mulher. Casos na USP, UFMG, UFRN tiveram destaque no âmbito nacional.

As situações interpretadas como violência não são apenas conceituais, mas um fenômeno empírico que depende das representações, sentidos, percepções e construções sociais que são atribuídos aos fenômenos. Entende-se nessa pesquisa que as mobilizações produzidas pelos diferentes coletivos e grupos organizados na UFRRJ produziram novos significados e representações sobre o fenômeno – e os sentidos – das diversas formas de violência que já ocorriam no campus.

Desde 2014 o debate em torno da violência contra a mulher ganhou força na UFRRJ, mobilizando não apenas discentes, mas também docentes e servidores. A mobilização expôs um quadro de violência moral, sexual e por vezes física com relatos que datam desde a década de 1970 até a atualidade. As denúncias através das redes sociais possibilitou a organização em coletivos que construíram uma pauta clara de reivindicações junto à Reitora. As mulheres da UFRRJ partem do entendimento de que os casos de violência contra a mulher no campus de Seropédica da UFRRJ, não se tratam de “fatos isolados”, mas sim atos que dizem sobre a forma como as mulheres vêm sendo tratadas enquanto sujeito coletivo.

Dentre as iniciativas mais significativas está a página “Abusos Cotidianos - UFRRJ” criada por uma aluna do curso de psicologia. A descrição da página na rede social conta que a mesma “surgiu com a necessidade de criação de um ambiente seguro e acolhedor para dar voz às vítimas de abusos cotidianos dentro da UFRRJ”. A página é um lugar de desabafo e acolhimento onde as vítimas escrevem a fim de encontrar o apoio que não recebem pela via institucional. As vítimas mandam suas denúncias e relatos através de mensagem para a página, aqueles que as vítimas permitem, são postados com o nome da vítima sendo ocultado bem como do agressor. Segue abaixo um dos relatos enviados à página.

Figura 1: *Print* de um relato na página Abusos Cotidianos – UFRRJ (Parte 1).



Fonte: Abusos Cotidianos – UFRRJ / 2016.

Figura 2: *Print* de um relato na página Abusos Cotidianos – UFRRJ (Parte 2).

---

ele não quis me deixar ir embora e me segurou falando obscenidades, eu que não sou pequena nem delicada dei uma coça nele já mandando ele se fuder e ficar longe de mim, e que ele ainda vai levar uma surra se fizer isso com alguém de novo e ameacei cortar o pinto dele fora se o visse mexendo com outra garota, subi na bike correndo (sim ele se enfiou na frente da minha bike pra me parar) e voei para o p1, acionei a guarda que foi correndo em direção a ciclovía, avistei outras meninas sozinhas e as aconselhei a irem pro alojamento ou simplesmente saírem de onde estavam "desprotegidas", já passei por assédios sexuais, e tentativas de estupro, e estou como das outras vezes, me sentindo nojenta, tremendo e bem apavorada e em situação de impotência, minha rural, aonde venho ter paz, já não a confio mais, e definitivamente não se pode mais andar livremente por ai. Meninas repito agora o que tanto me dizem e eu metida a durona custo em ouvir. Não andem sozinhas, não saiam desacompanhadas nem para ir a padaria, eu sou a mesma menina que foi assaltada na rua 7 em um domingo de manhã a umas semanas atrás, domingos não são os meus dias. Não tem hora, nem lugar. Não parem pra dar informação, não sejam simpáticas, nem educadas, simplesmente acelerem o passo e vão pra casa, e por favor..me avisa quando chegar!"

---

Fonte: Abusos Cotidianos - UFRRJ / 2016.

Em entrevista concedida pela criadora da página para a realização do presente trabalho, a mesma contou que quando cursava o 2º período do curso de psicologia da universidade em 2013 sofreu uma tentativa de estupro no Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), ao contar a sua amiga o ocorrido, a amiga revelou também já ter sido vítima de tentativa de estupro dentro da Universidade. Segundo relatado “Foi então que eu percebi que deve ter acontecido com mais meninas. Criei a página pra ser um espaço de denúncia onde as meninas pudessem contar suas histórias. [...] Em sete dias já haviam 7 relatos.”

As denúncias que chegam à página são em sua maioria referentes a assédio físico/psicológico e tentativa de estupro. Alunas e também funcionárias relatam já terem sido coagidas por professores que dão nota baixa e ridicularizam vítimas que não sedem às suas investidas; técnicos administrativos oferecem carona e trancam a porta do carro permitindo a saída da vítima apenas após um beijo; há relatos de agressões em festas e no alojamento por parte de alunos.

A aluna conta que ao receber uma denúncia a primeira atitude é checar a veracidade e logo em seguida orienta as vítimas a denunciarem na Delegacia da Mulher em Campo Grande e na Reitoria. A aluna também apresenta o atendimento psicológico que a universidade disponibiliza. Porém, na maioria das vezes as meninas não querem denunciar por descreditarem da punição dos seus agressores.

A página Abusos Cotidianos, cumpre o papel que é dar suporte e amparo às vítimas de violência que fazem parte da comunidade acadêmica. Entretanto, cabe a Universidade garantir a segurança daqueles que estão no campus e quando este trabalho preventivo não ocorre de modo eficiente, a Universidade deve então punir aqueles que estão violentando moral e fisicamente alunas e funcionárias.

Quando questionada se a Reitoria já entrou em contato com a página a fim de estabelecer um diálogo ou parceria, a criadora da página afirmou que, atualmente não há diálogo, a baixo segue a resposta na íntegra.

“Não. A violência na Rural é institucionalizada. Quando sofri a tentativa de estupro, procurei a reitoria e o vice-reitor Callado me disse que sentia muito, mas o que aconteceu comigo havia sido um caso isolado. E ainda completou dizendo que como estudante de psicologia eu provavelmente lidaria melhor com o ocorrido.

Todas as vezes que a página entra em questão em reuniões de CONSU<sup>5</sup>, CONSUNI<sup>6</sup>, Reitoria eu compareço e a resposta é sempre de que os meus dados não são oficiais. A rural me pede pra entregar os relatos à reitoria e eu não posso fazer isso. São as vítimas quem deveriam se sentir a vontade para contar o que aconteceu com elas à Reitoria, não eu.

É dever da Rural manter o mato cortado, a ciclovía iluminada, mas principalmente garantir que as vítimas sejam amparadas e os agressores punidos. Nem sempre o perigo vem de fora da universidade e a Rural simplesmente não dá seguimento às sindicâncias que são abertas, inviabiliza as investigações, arquiva processos.

O meu caso por exemplo... quando fui até a guarda relatar o ataque, contei toda a movimentação que aconteceu. Ainda levei uma bronca da guarda porque não deveria estar andando sozinha no campus num domingo às 18:00. Depois de um tempo fui procurar o registro da minha ocorrência e estava descrita como “*agarrão pelo pescoço*”. A guarda não cria registros que manchem a imagem da Universidade.” (Fonte: Entrevista com criadora da página Abusos Cotidianos – UFRRJ, 2016.)

Até o dia da realização da entrevista em 4 de abril de 2016, a página Abusos Cotidianos – UFRRJ já havia recebido 615 denúncias de vítimas da UFRRJ, com relatos que datam

---

<sup>5</sup>Conselho Universitário UFRRJ.

<sup>6</sup> Conselho de Unidade UFRRJ.



desde 1970 até a atualidade. No primeiro semestre de 2017 a criadora da página desativou a mesma por indicação de sua advogada em decorrência das ameaças – de agressores e amigos de agressores - e processos – de agressores - que constantemente chegavam à aluna sob a acusação de que ela estaria divulgando inverdades. Por ocasião da entrevista a aluna relatou que teve sua casa invadida e seus pertences roubados mais de uma vez em Seropédica seguido de “avisos de que responderia por tudo o que estava fazendo”, por esse motivo a aluna se mudou do município, passando a residir longe da Universidade.

A mais recente mobilização de estudantes em prol de melhores condições de segurança no campus deu-se através do movimento feminista auto organizado “Me avisa quando chegar”. O movimento surgiu aproximadamente em abril de 2016 e inicialmente contou com 2.700 “ruralinas” em suas atividades.

O “Me avisa” – assim chamado pelas alunas – surgiu após mais um caso de violência sexual. Uma aluna foi estuprada durante uma festa de integração do curso de biologia. A festa ocorreu no Quiosque da Reitoria – dentro do campus - no final de março de 2016. O caso foi amplamente repercutido em toda Universidade. Diante da pouca efetividade da Reitoria em aplicar medidas que inibam a violência, alunas se reuniram e começaram a organizar o movimento “Me avisa quando chegar UFRJ”. O nome veio do hábito quase que cotidiano das alunas de pedirem umas as outras que deem notícias quando chegarem aos seus destinos por receio de que algo aconteça no caminho.

Desde que o grupo se constituiu foram organizadas reuniões, assembleias e debates além de realizar diversos atos no campus denunciando a violência e a omissão da Reitoria da Universidade. A primeira ação foi improvisada, organizada através do grupo criado no *Whatsapp* intitulado “Feministas da UFRJ” e do grupo no *Facebook* “Me avisa quando chegar”. A ação se deu no P1 (Pavilhão Principal), a vestimenta escolhida para as ações foi a blusa preta e batom vermelho, seria a representatividade de futuros dias de luto e resistência, pelo descaso e abandono das mulheres dentro do campus. Antes do segundo passo, o movimento já alcançava visibilidade em outras universidades que, através de notas emitidas, compreendiam e apoiavam luta das “ruralinas”.

Figura 3: *Flyer* divulgado pelo Me Avisar Quando Chegar UFRRJ.

**O QUE ESTA ROLANDO NA UFRRJ?**

**Nós, alunas e alunos da UFRRJ, estamos insatisfeitos e indignados com os casos de violência contra as mulheres que ocorrem em Seropédica e na Universidade e com o falta de respeito, omissão e silenciamento por parte da Reitoria. Por isso, estamos nos articulando para protestar contra esses abusos e estamos unindo forças!**

**COMO ESTAMOS NOS MOBILIZANDO?**

- Pichação dos prédios, postes, asfalto da Universidade em repúdio ao último caso de estupro de grande visibilidade;
- Hashtag: #meavisaquandochegarUFRRJ;
- Avatares para perfis de Facebook;
- Ideia da criação de um aplicativo que facilite a segurança das mulheres, avisando facilmente aos restantes conectados que uma mulher está em perigo em tempo real;
- Protestos silenciosos: mulheres usando blusa preta e batom vermelho em dia de aula;
- Debate sobre a situação da Universidade;
- Criação de grupos de discussão para alunas da UFRRJ;
- Movimentação por parte dos alunos para pressionar a coordenação de cada curso a redigir uma nota de repúdio em relação aos casos de violência e à omissão da Reitoria;
- Elaboração de uma Semana Acadêmica com o tema: MULHER;
- Faixas e cartazes;
- Palestra de autodefesa para mulheres;
- Roda de conversa sobre relacionamentos abusivos;
- ...

**MULHERES E FEMINISTAS,  
PRECISAMOS DE VOCÊS**

**#meavisaquandochegarUFRRJ**

Fonte: Me Avisar Quando Chegar UFRRJ / 2016.

Nota-se que o Me Avisar promove ações em duas frentes. A primeira voltada para o sujeito, a “Criação de grupos de discussão para alunas da UFRRJ”, assim como “Roda de conversa sobre relacionamento abusivo” proporcionam amparo às vítimas para minimizar os danos da violência em detrimento da opressão de gênero, assim como fomenta o debate e reflexão entre mulheres para que não hajam novas vítimas. “Palestras de auto defesa” proporcionam não apenas o aprendizado para defesa física em situação de risco, mas também trabalha o empoderamento das mulheres – tema que será retomado mais adiante – para que as mesmas não se sintam vulneráveis no ambiente público ou privado, através do técnicas que auxiliam mulheres a falarem com segurança e se expressarem. Há ainda a convocação “Mulheres e feministas, precisamos de vocês” demonstra intenção do movimento em articular novas forças de apoio, mas também compreender que o debate feminista não está dado para todas as mulheres e que

este é um processo auto - reflexivo e distinto para cada mulher, que envolve sua subjetividade, sua trajetória, sua raça, sua classe.

Já a segunda de cunho político, envolve atos simbólicos que denunciam os casos de violência contra a mulher na Universidade e o que segundo o movimento constitui-se como “falta de respeito, omissão e silenciamento por parte da Reitoria”. Os atos simbólicos incluem “pichação dos prédios, postes e asfalto”, também as “faixas e cartazes” dão visibilidade ao movimento, o próprio *flyer* aqui analisado promove o debate na comunidade acadêmica, faz o debate circular e entrar para a agenda da Universidade. A “*hashtag* #meavisaquandochegarUFRRJ”, “Avatares para perfis no *Facebook*” e ainda “...mulheres usando blusa preta e batom vermelho” – utilizadas em dias de aula e principalmente nos atos organizados pelo movimento - são primeiro, meios de motivar a consciência de coletivo, de sujeito político entre as mulheres, segundo, de solidariedade e apoio ao movimento e terceiro de divulgação das demandas apresentadas pelo “Me Avisa”.

Figura 4: Foto de manifestação realizada pelo Me Avisa Quando Chegar UFRRJ.



Fonte: Me Avisa Quando Chegar UFRRJ / 2016.

A “mulher” enquanto categoria política aparece não só nas demandas, mas nas ações promovidas pelas alunas que acionaram o cunho político do movimento. Dentre as ações de maior representatividade está o abraço simbólico dado pelas mulheres no P1. Durante o ato em forma de jogral era repetido que naquele dia as “ruralinas” abraçavam a Universidade e esperavam ser abraçadas e principalmente amparadas de volta por ela.



“A gente tá aqui hoje pra mais uma ação do movimento auto organizado da Rural. Nós agora vamos dar um abraço no P1. Por que nós vamos abraçar o p1? Hoje a nossa ação de abraçar o P1 é pra dizer que nós abraçamos a Universidade e queremos se abraçadas por ela. É pra dialogar com essa galera que reclamou das pichações. A Rural é nossa e a gente precisa se sentir segura aqui. A gente vai abraçar o P1 hoje porque nós somos muitas, a gente abraça o mundo se a gente quiser. A gente vai abraçar o P1 hoje porque a gente quer que a Universidade Rural e toda a sociedade abrace a nossa causa. Porque a gente não quer mais ser estuprada, ser violentada, ser assediada dentro e fora da Universidade. A gente vai abraçar o P1 hoje pra essa Universidade entender que aqui tem mulher de luta! A gente quer ser respeitada! As mulheres da Rural são de luta!” (Autora: Larissa Cabral, aluna do curso de engenharia agrônoma, integrante do Coletivo de Mulheres e da Comissão de Comunicação do Me Avisa Quando Chegar UFRRJ.)

Figura 5: Foto do “Abraço ao P1” realizado pelo Me Avisa Quando Chegar UFRRJ.



Fonte: Me Avisa Quando Chegar UFRRJ / 2016.

O “Abraço ao P1” e o discurso da aluna Larissa Cabral demonstram a força a mulher enquanto sujeito coletivo, onde a violência não é individualizada, mas compartilhada e atinge a todas as mulheres a partir do entendimento que a violação a uma significa que todas podem vir a receber o mesmo tratamento num espaço que é público, mas que possui uma dinâmica própria, que é a Universidade. No clamor presente no discurso

“Hoje a nossa ação de abraçar o P1 é pra dizer que nós abraçamos a Universidade e queremos se abraçadas por ela” fica exposto que o “Me Avisa” intenciona que a Administração Superior apresente propostas para gerir o espaço que é de sua responsabilidade de modo que este seja um ambiente seguro para o público feminino.

O apoio ao movimento veio de IES não só do RJ – UFRJ, UNIRIO, UFF - mas também de fora do estado. Também houveram manifestações em apoio dos cantores Gabriel O Pensador e Lenine, e divulgações do movimento em jornais *online*, mídias impressas como o Jornal de Seropédica, e canais de televisão como Globo e Record. Diante da luta e organização, o movimento conquistou um dia de “Luto em Luta” (27 de abril de 2016), em que todas as atividades de todos os cursos da universidade foram suspensas em prol de mesas de debates e palestras com temas feministas, e também, um espaço para construção masculina sobre a luta feminista e sua importância.

Até o mês de julho de 2016, o movimento “Me avisa quando chegar UFRRJ” realizou mais de três reuniões com a reitoria da Universidade, duas grandes assembleias estudantis e foram convidadas para participar de audiência pública na Alerj - Assembleia legislativa do estado do Rio de Janeiro. As ações foram em busca de melhorias estruturais, respostas acerca dos casos de abusos registrados; bem como um posicionamento acerca das medidas administrativas que seriam tomadas contra os agressores e em apoio às vítimas da opressão em detrimento do gênero.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> É importante ressaltar que a UFRRJ é uma das poucas Universidades Federais que ainda conta com um quadro de servidores federais que compõe a Divisão de Guarda e Vigilância (DGV) da mesma. A DGV UFRRJ é o órgão responsável por prover a segurança patrimonial da Universidade, bem como daqueles que estão no seu interior. O trabalho consiste em patrulhamento e vigilância de prédios e portaria. A Divisão que ao longo da última década vinha enfrentando dificuldades devido à ausência de concursos destinados aos postos da DGV, recentemente, após a pressão gerada pelas estudantes, recebeu investimentos como a compra de novos equipamentos, carros e instalação de câmeras pelo campus e teve ainda seu quadro reforçado. A Divisão de Guarda e Vigilância que contava com 49 guardas para patrulhar a área de 3.500 hectares e 131.346 m<sup>2</sup> de área construída, recebeu 214 guardas transferidos da Polícia Ferroviária Federal da antiga Rede Ferroviária Federal.

Figura 7: *Print* da página online do jornal O Dia que noticiou a audiência pública em que a Alerj tratou sobre as denúncias do Me Avisar Quando Chegar UFRRJ.



**Rio**

## **Alerj promove audiência pública sobre casos de estupro na Rural**

**Alunas fizeram protesto na universidade para pedir mais segurança no campus de Seropédica**

**Gabriela Mattos**

12/04/2016 18:58:50

Rio - Uma semana após as estudantes protestarem contra os frequentes casos de estupro na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), os parlamentares da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) marcaram uma audiência pública para discutir o assunto, a partir das 10h desta quarta-feira.

Em nota, a presidente da Comissão de Segurança Pública, a deputada Martha Rocha (PDT), afirmou que

Fonte: Jornal O Dia Edição Online / 2016.

Figura 8: Foto das estudantes da Rural na escadaria da Alerj antes da audiência pública.



Fonte: Me Avisa Quando Chegar UFRJ / 2016.

A partir do quadro aqui apresentado, é possível afirmar que, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro possui um histórico recente de luta e mobilização da comunidade acadêmica, em especial do público feminino. Importa considerar aqui quais fatores contribuíram para que as denúncias e mobilizações emergissem? O primeiro que quero destacar é o papel das mídias sociais, estas ferramentas foram utilizadas como espaço de fala e organização, além disso, também possibilitou visibilidade às denúncias e reivindicações.

Cada vez mais mulheres estão usando as redes sociais como ferramentas de denúncia. As pessoas estão procurando diferentes meios e formas para poderem se comunicar e serem ouvidas. Nos dias de hoje, as formas mais eficientes de divulgação para que denúncias possam chegar/atingir um número maior de pessoas são os posts ou vídeos no *Facebook*, *Tumblr*, *Twitte*, *WhatsApp* ou no *Youtube* entre outros. A *Internet* é uma importante ferramenta não apenas de divulgação, mas também fomentadora de críticas, debates e diálogo entre os diferentes setores da sociedade.

“A possibilidade de autonomia para a produção e para a divulgação de ideias feministas na rede incitou uma grande quantidade de debates - em jornais, rádios, televisão, mas principalmente, em blogs, páginas de diversos movimentos sociais, de grupos ou pessoais, na internet-que discutiram sobre as principais pautas e táticas reivindicadas e realizadas pelas diversas marchas. [...] Desse modo, a internet se constrói como um espaço de publicação feminista alternativa que, diferentemente dos panfletos e fanzines que fizeram parte da mobilização das feministas até meados dos anos 90, possibilita uma maior difusão dos materiais produzidos e também de um retorno por

parte das pessoas que tem acesso à essas publicações. Ou seja, a internet se apresenta como um lugar em que as ideias podem ser divulgadas e debatidas.” (FERREIRA, 2013)

Na UFRRJ as redes sociais foram palco das denúncias através da página “Abusos Cotidianos – UFRRJ” e primeiro espaço de organização para as meninas do “Me Avisar Quando Chegar UFRRJ”. Entretanto, as redes sociais não foi o fator que de fato fez com que as mulheres da Universidade denunciassem os casos de violências. O que de fato fez denunciar um quadro que opressão masculina vivido dentro e fora da Universidade foi o empoderamento que as mesmas conquistaram ao ingressarem no ensino superior onde tiveram contato com práticas feministas.

Não pretende-se afirmar que só se chega ao empoderamento pela Universidade. Mas sim que há nas Universidades, em especial na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – onde meu campo foi feito –, um amplo movimento de conscientização e empoderamento que possibilitou que práticas antes tidas como “tradicionais”, “corriqueiras” ou “cuidados que são necessários, pois homens são assim por natureza”, fossem questionadas até ao ponto em que as mulheres sentiram-se capazes e fortes para fazer as denúncias.

O conceito de empoderamento é bastante potente para a concepção e avaliação de práticas que visam promover a autonomia e a superação de desigualdade de poder em que as mulheres se encontram. Na teoria feminista o empoderamento de mulheres é o processo da conquista de autonomia, de autodeterminação. E trata-se ainda de um instrumento/meio e um fim em si próprio. A literatura indica que o empoderamento das mulheres implica, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. O objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero afim de que as mulheres possam assumir maior controle sobre seus corpos e vidas. (LÉNON, 2001)

Nos estudos de gênero emponderar-se refere a um desafio às relações de poder e a uma busca pela obtenção de maior controle sobre as fontes do mesmo. Ao considerar a existência de relações desiguais de gênero, o empoderamento feminino pode ser definido, em termos bastante amplos, como um processo de superação da desigualdade de gênero (BATLIWALA, 1994). Assim, o processo de empoderamento no ambiente universitário permite que as práticas opressoras sejam percebidas como violência. Possibilita ainda que uma aluna que está “isolada” perceba que a opressão por ela



sofrida, atinge também outras mulheres, de modo que esta passa a pertencer a um sujeito coletivo.

A violência se perpetua porque as forças políticas e sociais conservadoras dificultam a efetivação de políticas públicas de combate ao machismo. Nancy Fraser (2006) aponta a importância das políticas públicas para que as minorias sociais acessem os recursos e direitos garantidos pelo Estado. Para tanto, a autora defende que no campo teórico e político seja desenvolvida uma teoria crítica do reconhecimento, que identifique e assuma a defesa das versões da política cultural que possam ser combinadas de forma coerente com a política social da igualdade. Ou seja, que sejam pensadas políticas que reconheçam as especificidades de cada minoria social ao mesmo tempo em que promova a igualdade social.

As alunas da UFRRJ lutam pelo o que segundo a Fraser, configura-se como uma retratação pela injustiça cultural que as mesmas sofrem. De modo que busca-se compensar o desrespeito por meio da revalorização das identidades grupais desvalorizadas, bem como políticas específicas para o grupo, e maior rigor na condução dos casos denunciados.

A formulação de políticas públicas para mulheres esbarram em debates ainda mais complexos. Como buscar medidas que inibam as violências de gênero, quando a segurança é um direito que deve ser garantido a todas e a todos? Como lutar pelo fim de práticas tidas por muitos como naturais? Voltamos ao debate natureza x cultura que sempre esteve presente nos estudos de gênero e por muitas vezes foi utilizado para legitimar a opressão sobre o gênero feminino. Compreender que as práticas aprendidas culturalmente não estão no “DNA comportamental” do ser humano é romper com as ideologias sexuais.

Gayle Rubin (1993) aponta que a cultura é por definição inventiva. Práticas como o hábito de um homem esperar uma recompensa sexual por um favor feito, uma carona ou um flerte e sentir-se “no direito” de cobrar tal recompensa serem tidas como práticas pertencentes a cultura esvazia o debate e invisibiliza a opressão e a violência contidas em tais práticas. Afinal, a cultura de um povo é inventada e reinventada a partir das relações sociais e dos significados que os indivíduos atribuem às mesmas. O ordenamento social não é estático, tão pouco as normas que orientam a conduta dos indivíduos. Assim, práticas antes naturalizadas podem vir a ser reinterpretadas e adquirirem novos significados.

Por meio das denúncias realizadas e articulação coletiva, as alunas da Universidade tiveram voz para cobrar que o campus esteja preparado para garantir a segurança física de todas e todos frequentadores, através de medidas efetivas como maior circulação do ônibus interno, guardas patrulhando os pontos de ônibus e ciclovia, mato roçado e melhor iluminação. Enquanto política voltada especificamente para o público feminino as alunas cobram atendimento especializado às vítimas com profissionais da área da saúde física e mental, punição aos agressores e andamento nos casos que se perdem em meio à burocracia.

As redes de apoio, os movimentos e coletivos são fundamentais para que as alunas sintam-se seguras e protegidas. Entretanto, cobra-se que a administração superior crie políticas afirmativas que garantam uma estadia segura enquanto as mesmas estiveram na Universidade.

### **Considerações finais**

A partir da análise feita é possível concluir que as Universidades, em especial a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, experimenta nos últimos anos um momento de transformação do entendimento do que é violência e violência contra a mulher. Compreendida como um dos pilares de sustentação da subordinação feminina na perspectiva teórica feminista, a violência é uma das mais fortes expressões da desigualdade entre homens e mulheres. (PORTELLA, 2009) O debate feminista que ganhou visibilidade nas últimas duas décadas acerca do alto grau de legitimidade e aceitação da violência contra a mulher em nossa sociedade e que hoje aflora nas Universidades vem resignificando práticas tradicionais, passando estas a serem entendidas como violência via interlocução e construção de uma agenda coletiva das alunas da Instituição.

O reconhecimento da injustiça cultural expressa, aqui, através da violência contra a mulher na UFRRJ, vem mobilizando ações de cunho feminista que buscam medidas efetivas para que haja uma mudança no tratamento recebido pelo público feminino da Universidade, ou como Fraser (2006) chamou, para que haja uma mudança cultural. Assim, intenciona-se que práticas consideradas culturais/ tradicionais sejam interrompidas, proporcionando o surgimento de novos padrões sociais de interação no ambiente universitário.

Ao abrir espaços de comunicação e denúncia; criar grupos de apoio e acolhimento; promover debates e manifestações; buscar visibilidade através das mídias e em instâncias superiores; reivindicar melhores condições de infraestrutura, segurança e maior rigor com os casos que geram processo administrativo é revelado o caráter ativo do fenômeno que busca não apenas cobrar medidas vindas da Instituição, mas pretende participar da construção de um ambiente que não viole as mulheres, configurando-se um processo institucional e não institucional de administração do conflitos.

### **Referências Bibliográficas**

BUTLER, Judith. Regulações de *Gênero*. *Cadernos Pagu* 4. Jan- julho 2014, p.249-274.

FERREIRA, Gleidiane de S. Feminismo e redes sociais na Marcha das Vadias no Brasil. *Revista Ártemis*. 2013.

FRASER, Nancy. "Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na era Pós-Socialista" in *SOUZA, Jessé. Democracia Hoje: novos desafios para a política democrática contemporânea*. Brasília, UNB, 2001. Ou cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 231-239, 2006.

HARAWAY, Donna. Gênero' para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, 22, 2004. pp.201-246.

León, Magdalena de (2001). "El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género". *La Ventana*, no. 13, pp.94-106.

Batliwala, S. (1994). "The meaning of women's empowerment: new concepts from action". In. *G. Sen, A. Germain & L.C.Chen (eds.), Population policies reconsidered: health, empowerment and rights*, pp.127-138. Boston: Harvard University Press.

MISSE, Michel. "Violência e Teoria Social". *Dilemas*. Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social, v. 9, n. 1, jan-abr 2016.

PORTELLA, Ana Paula. Violência contra as mulheres: desafios para as políticas públicas. *Diálogos sobre violência e segurança pública. Razões e urgências*. Observatório da Cidadania. Edição Especial. 2009

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. *Sos Corpo*. Recife, Março de 1993, pp.1-54.